



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 5, nº 51, junho de 2010



Além do PIB: o Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi

*Glenn Braga*¹

A crise financeira de 2008 e, mais recentemente, a da Grécia deixaram claro que, apesar da grande quantidade de índices e medidas de que dispomos atualmente, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nenhum deles foi capaz de espelhar, com antecipação, a real situação econômica dos países e, dessa forma, orientar a correta tomada de decisões.

As críticas ao PIB como instrumento de mensuração da riqueza dos países datam de algumas décadas, por suas inúmeras limitações como medida da evolução do bem estar ao longo do tempo, uma vez que esse indicador, além de não considerar a utilização dos recursos naturais, não inclui nenhum tipo de amortização, nem o trabalho doméstico não remunerado.

Em 2004, um encontro internacional de estatísticos organizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) lançou as bases para que o movimento anti-PIB, hoje conhecido como *Beyond GDP* (Além do PIB, em inglês), se disseminasse pelo mundo (VIALLI, 2009)².

Finalmente, em fevereiro de 2008, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, insatisfeito com as informações estatísticas disponíveis sobre a economia e sobre a sociedade, pediu a Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean Paul Fitoussi que formassem uma comissão, posteriormente denominada "Comissão para a Mensuração do Desempenho Econômico e do Progresso Social" ou Comissão Stiglitz-Sen. Seus objetivos eram identificar os limites do PIB como indicador de desempenho econômico e os problemas associados a sua mensuração; detectar quais informações adicionais seriam necessárias para a

construção de indicadores mais relevantes de progresso social; avaliar a conveniência de se utilizar ferramentas de mensuração alternativas e discutir como apresentar as informações estatísticas da maneira apropriada (STIGLITZ *et al*, 2009).³

Com esses objetivos, a Comissão trabalhou em três frentes. Uma delas buscou atualizar o PIB padrão, de modo que a medida se torne mais abrangente e mais relevante para os formuladores de políticas públicas. Outra trabalhou na criação de novos indicadores para avaliar qualidade de vida e bem-estar. Por último, o terceiro grupo tentou incorporar novas medidas de sustentabilidade ambiental aos dados e, assim, mensurar o impacto da economia sobre os ecossistemas (VIALLI, MILENA, VEIGA, 2009).⁴

O relatório final foi entregue em setembro de 2009 e as conclusões dos especialistas dos três grupos encontram-se traduzidas em doze recomendações, divididas em três capítulos.

Com vistas ao aperfeiçoamento do PIB, foi observado que os sistemas de mensuração deverão ser adaptados às mudanças estruturais que marcaram a evolução da atividade econômica recente. Da mesma forma, a ótica das mensurações deverá passar da produção econômica para o bem-estar das famílias.

No primeiro capítulo, foram feitas as seguintes recomendações pela Comissão:

- ✓ para avaliar o bem-estar material, deverão ser utilizados o consumo e a renda líquida, no lugar da produção;
- ✓ todas as mensurações deverão priorizar a perspectiva das famílias;
- ✓ a renda e o consumo deverão ser considerados conjuntamente com a riqueza;

¹ Analista do Banco Central do Brasil (RJ), integrante do Grupo de Trabalho sobre Responsabilidade Social e Educação Financeira. Mestre em Ciências Contábeis pela UFRJ.

² VIALLI, Andrea. **Um 'novo PIB' em gestação**. Jornal Estado de São Paulo de 15.5.2009. Disponível em: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node/3376>. Acesso em: 20.9.2009.

³ STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya. FITOUSSI, Jean-Paul. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. 2009. Disponível em: www.stiglitz-sen-fitoussi.fr. Acesso em: 13.10.2009.

⁴ VIALLI, Andrea. MILENA, Antonio. VEIGA, José Eli. O PIB Verde. Fator Ambiental. Portal da Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.fatorambiental.com.br/portal/index.php/2009/05/18/pib-verde/> edição de 18.5.2009. Acesso em: 12.09.2009.



✓ os dados sobre a evolução dos valores médios da renda e da riqueza deverão ser complementados por sua distribuição;

✓ as atividades extra mercado deverão ser incluídas nas mensurações da renda.

No segundo capítulo, o relatório evidencia que o conceito de qualidade de vida é mais amplo que a produção econômica e os padrões de vida, pois inclui uma gama de fatores que ultrapassa o aspecto material.

Assim, a construção de indicadores capazes de avaliar o bem-estar deve se basear na sua definição, que, segundo pesquisas acadêmicas e trabalhos realizados, é multidimensional e considera os seguintes conceitos: nível de vida material; saúde; educação; atividades pessoais, incluindo o trabalho; influência política e governança; conexões sociais e relacionamentos; meio ambiente (condições atuais e futuras) e insegurança (física ou econômica).

Com base nessas premissas, a Comissão elaborou as recomendações apresentadas a seguir:

✓ a qualidade de vida depende de condições objetivas e de capacidades: deverão ser implementadas medidas relacionadas com a saúde, a educação, as atividades pessoais e as condições ambientais;

✓ os indicadores de qualidade de vida deverão evidenciar as desigualdades entre os diversos grupos;

✓ deverão ser feitas pesquisas para determinar os *links* entre as diversas dimensões da “qualidade de vida” individual, a fim de nortear as políticas nos diversos campos;

✓ os estatísticos deverão fornecer as informações necessárias para a agregação das diferentes dimensões da qualidade de vida; e

✓ a mensuração da qualidade de vida requer dados objetivos e subjetivos. Os institutos de estatística deverão incorporar perguntas que capturem avaliações sobre a vida das pessoas e suas experiências, de forma a produzir medidas quantitativas de aspectos subjetivos.

Finalmente, no capítulo referente à inclusão das questões ambientais e de sustentabilidade nos índices existentes, o relatório explicita que a avaliação da sustentabilidade é complementar à questão do bem-estar e também do desempenho econômico, devendo ser examinada separadamente.

Para a Comissão, a sustentabilidade implica o desafio de determinar se, no mínimo, o nível atual de bem-estar poderá ser mantido para as próximas gerações e, por sua vez, a qualidade de vida das gerações futuras vai depender da quantidade e da qualidade de bens que vão ser deixados (meio ambiente, capital físico e instituições). Apesar das dificuldades apontadas, o relatório apresentou as seguintes recomendações práticas:

✓ a avaliação da sustentabilidade exige um “painel” bem identificado de indicadores. A característica dos componentes desse painel é que eles deverão refletir variações de alguns estoques considerados relevantes para o bem-estar; e os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento exclusivo, baseado num conjunto bem escolhido de indicadores. Em particular, deverá haver um indicador claro que indique quão próximos estamos dos níveis críticos de danos ambientais, como as mudanças climáticas e a extinção de cardumes. A Comissão enfatiza que haja um indicador claro de concentração de gases de efeito estufa (GEE), associado aos níveis críticos de mudanças climáticas.

Embora os membros da Comissão vejam seu trabalho apenas como um pontapé inicial na direção de um sistema de mensuração mais eficiente e vários autores, como Ladislau Dowbor (*apud* Prado, 2009)⁵, o tenham criticado pela ausência de sugestões inovadoras, o relatório, além de consolidar diversas metodologias de mensuração existentes, propôs a mudança de foco da produção para o bem-estar. Assim, especialistas como José Ely da Veiga (*apud* Prado 2009) consideram que esse trabalho deve se tornar a principal referência em termos de indicadores de desenvolvimento sustentável.

Realização: **Banco Central do Brasil (Dinor/Denor)**
Editora responsável: **Elvira Cruvinel F. Ventura**
Contribuições/sugestões para o Boletim podem ser enviadas para socioambiental@bcb.gov.br

⁵ PRADO, Thays. **Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi**: como medir desempenho econômico e social. Planeta Sustentável. Edição de 4.8.2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/comissao-stiglitz-sen-fitoussi-pib-489751>. Acesso em: 27.9.2010.